

Marco Antonio Potiguara

Prefeito da Baía de Traição - PB

Mesa: Nova regulação jurídica das relações entre Sociedades Indígenas, Estado e Sociedade Nacional Primeiro eu gostaria de agradecer ao convite que nos foi feito pela coordenação deste evento e agradecer a presença enriquecedora dos irmãos indígenas aqui. Tentarei ser breve ao dar minha contribuição, até porque depois de ouvir o Marcos Terena, o Daniel Kabixi, o Dr. Aurélio Veiga Rios e outros, vou apenas falar da minha atuação prática, da minha vivência como índio do Nordeste e como político. Filiei-me a um partido político há três anos para poder galgar um cargo eletivo à frente de um município onde a maioria do eleitorado era indígena e tínhamos um prefeito que não era índio. Recordo que meu pai foi candidato uma vez, ajudou a eleger um prefeito branco e foi candidato a vice prefeito; depois uma prima minha foi candidata a prefeita, e pela primeira vez tivemos uma representação indígena. Um prefeito ser índio e mulher teve grande repercussão e hoje, depois de galgar esta posição, não pretendemos mais deixar que o branco domine a prefeitura de uma cidade onde a maioria é de índios. Isto pode servir para a reflexão de alguns índios, quem sabe até futuramente para a formação de um partido político que tenha de fato uma representação indígena. São coisas que passam pela nossa cabeça e que já foram motivo de alguma discussão, mas acredito que o momento não é adequado aqui para isto. Eu gostaria muito de participar do Seminário amanhã, mas infelizmente tenho que voltar para a Paraíba, pois vamos ter um encontro com um ministro e com o governador do estado. Darei a minha contribuição aqui na medida do possível. Cada povo e cada etnia tem sua especificidade, seus programas, e não podemos falar de uma maneira generalizada. Vou me ater assim aos problemas locais e regionais de que venho participando. Estava ouvindo atentamente o doutor Aurélio e uma coisa me chamou muito a atenção, já com vistas a um novo Estatuto do Índio, à nova lei que vai reger as sociedades indígenas. Temos necessidade da intervenção do Ministério Público. Se não fosse esta intervenção, teríamos hoje pelo Brasil afora graves problemas com a demarcação de terras. Os conflitos de terra entre posseiros geralmente envolvem pessoas de muita influência, que têm amigos ou parentes senadores, deputados ou governadores. O índio geralmente não tem esta representação tão forte politicamente para poder se defender e o nosso grande aliado é o Ministério Público. Ele tem nos dado uma certa força, uma certa coragem para enfrentar estas lutas. Por outro lado, ele faz com que a lei realmente seja cumprida. No nosso caso específico, dos índios Potiguara, apesar da luta dos índios, da FUNAI e do Ministério Público, muita coisa ainda está para acontecer. Por exemplo, a demarcação de uma área de apenas 5.350 hectares trouxe conflito entre os índios Potiguara e usineiros, pessoas que tiveram a posse daquela terra durante algum tempo. Mesmo depois de cumpridas todas as etapas da demarcação, eles continuaram lá dentro, a desintrusão ainda não foi feita, isto demanda algum tempo e eu estava vendo aqui que no novo código há prazos e procedimentos para a demarcação de terras indígenas. A lei 6.001 já determinava um prazo, acredito que de 5 anos, e este prazo se esgotou sem que as terras indígenas tenham sido demarcadas. Quer dizer, é uma luta que a gente ainda tem que levar à frente. É claro que precisamos contar com o Ministério Público, com as universidades, com as entidades que apoiam a luta indígena, mas, na verdade, quando se trata de cumprir a lei para garantir o direito à terra ao índio, ao pequeno agricultor, aos sem terra, enfim, às minorias, fica muito mais difícil do que fazer cumprir a lei para quem já está em cima, para quem já tem terra, para quem já tem uma representação política forte. Uma coisa que vale a pena destacar é a

falta de investimento no setor produtivo das comunidades indígenas e os problemas causados por isto em relação às regras de proteção ao meio ambiente. Na minha área, por exemplo, há um manguezal, e hoje nós estamos tendo a necessidade de fazer uso dele, mas existe lá uma área de proteção ambiental, uma APA, que impede. Estamos negociando com o IBAMA o uso desta área porque não estamos vendo outra maneira de sobreviver. É essa falta de investimento no setor produtivo que nos impõe o descumprimento das leis do meio ambiente. Nós precisamos de projetos, de programas que possam trazer resultados positivos num espaço curto de tempo. Por isto, eu acho fundamental a fomentação destas atividades, respeitando, é claro, as especificidades de cada povo, de cada etnia, através do próprio órgão oficial indigenista. Infelizmente, a atuação da FUNAI hoje não está existindo. Se esta atuação não for melhorada, se não houver saúde, se não houver educação nas áreas indígenas, fatalmente iremos para o extermínio do que resta dos povos indígenas no Brasil. Quando o Marcos Terena falou em ganhar a cabeça dos brancos, eu achei muito interessante, pois estava querendo falar a mesma coisa. A luta do índio sozinho não chegará a lugar nenhum. Precisamos de um Procurador da República e eu não conheço nenhum Procurador da República índio; precisamos de um grande jurista, e eu também não conheço nenhum grande jurista índio. É por isto que temos que fazer alianças com as pessoas que querem salvar o que resta das comunidades e da cultura indígena. É necessária uma aliança com os antropólogos, como os padres, com os religiosos, enfim, com a sociedade envolvente que pode nos ajudar nesta luta. Seria bom se tivéssemos condições de caminhar sozinhos nesta luta, mas não temos. Então, vamos partir para as alianças com quem de fato tem condições técnicas e científicas para, dentro dos meios legais, passar a mão na cabeça do índio e dizer: “ Vocês, a etnia tal, são os meus protegidos.” Por exemplo, eu já conheci algumas ONGs que adotaram determinado povo indígena. É claro que uma ONG não vai adotar os Terena, não vai adotar os Potiguara, não vai adotar os Pataxó, mas uma ONG pode adotar uma etnia “x” como uma maneira de preservar aquele povo, preservar sua cultura e contribuir para que este povo passe uma experiência positiva para outros povos, para que possamos continuar a ver um irmão Macuxi, um irmão Terena, um irmão Pataxó, reunidos, trocando suas experiências e dizendo que, apesar dos 500 anos, estamos aqui, resistindo. Era somente isto que eu gostaria de repassar para vocês e em outra oportunidade poderei falar um pouco da vida política do índio nordestino, do índio Potiguara que está à frente de um município pobre, vendo a situação por que passam os parentes, não só Potiguara. Tenho visitado alguns outros índios lá na região nordeste, e posso dizer hoje que ter uma representação indígena no município é muito melhor do que não ter nada; ter uma representação indígena dentro da FUNAI é melhor do que não ter nada; ter um índio na universidade é melhor do que ter um monte de índios analfabetos; enfim, estamos caminhando para uma aculturação que mais cedo ou mais tarde vai chegar em todas as aldeias. Hoje nós temos os exemplos dos índios do Nordeste, onde apenas os Fulni-Ô ainda falam a sua língua, seu idioma original, enquanto os demais índios do Nordeste já perderam não só a sua língua como parte da sua cultura. Para nós, índios do Nordeste, é muito bom estar aqui, passando nossa experiência para os demais irmãos, dando nossa contribuição neste evento, repassando nossos problemas e nossas realidades. Já tivemos a orientação, a colaboração e a participação de alguns índios do Norte nas nossas aldeias participando de eventos desta natureza e espero poder contar com a participação de vocês num encontro que pretendemos articular ainda este ano no Nordeste. Vou ficar por aqui, me colocando à disposição para o debate. Muito obrigado a todos.